

Expresso

Propriedade de SOJORNAL Sociedade Jornalística e Editorial, S.A. R.L. - Rua Duque de Palmela, 37, 2.º, dt.º, tel. 52589 Lisboa / Composto e impresso na Renascença Gráfica, Rua Luz Soriano, 44, SAI AOS SÁBADOS

O Congresso de Tomar

A SEMANA nacional foi denominada pelo I Congresso da Acção Nacional Popular, realizado em Tomar. Um observador atento da actualidade política nacional terá, decerto, apreciado o evento no seu significado político.

Durante quatro dias, a A.N.P. promoveu a audição de vários membros do Governo em matérias dos seus pelouros, bem como de figuras de relevo dentro da direita portuguesa que estudaram e expuseram alguns dos problemas fundamentais da sociedade portuguesa.

Os meios de informação (designadamente, alguns deles) asseguraram uma amplíssima cobertura de todo o Congresso.

Tomar vem assim, pouco tempo depois de Aveiro, concentrar a atenção dos portugueses, desta vez para a elaboração política de um programa eleitoral pela linha apoiante do Governo.

E tal como em Aveiro, representa um passo mais no amadurecimento da consciência cívica nacional.

É importante que a opinião pública se esclareça pela definição das várias linhas políticas. É fundamental que o faça, em sã pluralidade, participando na elaboração dessas linhas, através de uma efectiva acção política.

O Congresso de Tomar, pela sua realização, e por algumas das afirmações nele expandidas, corresponde à necessidade de redefinição doutrinária do actual momento do regime político vigente.

Corresponderá também à abertura de perspectivas para uma sociedade de portugueses renovada no futuro?

Faço ao Congresso de Tomar, pedem os portugueses (e por portugueses entendem-se os que pertencem ou apoiam a A.N.P., os que se solidarizam com Aveiro e os que não estiveram nem em Tomar, nem Aveiro) tomar as mais diversas atitudes.

Aliás, o reconhecimento sério dos pontos de vista alheios não nos obriga a todos nós a sancionar as suas teses ou a subscrever as suas conclusões. Pode-se discordar do alcance do Congresso de Tomar no momento que vivemos. Pode-se discordar das soluções que propõe ou das vias que sugere.

O que se não pode deixar de reconhecer é a sua relevância para a história da fase actual do regime político vigente.

Médicis e a elipse

A PRÓXIMA visita do presidente Médicis não pode ser encarada como mero protocolo. As relações entre o Brasil e Portugal encontram-se numa fase em que os banquetes, os discursos de circunstância e as condecorações apenas podem ser a moldura de algo de mais profundo e realista.

Houve a época do lirismo. Comendadores e associativistas de diversas indoles trocaram brindes, fizeram passeatas, exaltaram as belezas dos dois países. A sua actuação, apesar de muito útil do que muitos pensam, nada provocou de concreto. Criou-se, entre um número limitado de pessoas (muitas actuando por sinceridade, outras por puro oportunismo), um clima de confiança e de entendimento, mas não se avançou no sentido das realizações. Diziam-se grandes palavras, faziam-se as maiores promessas... e não se saía do mesmo sítio.

Viejo, a seguir, a fase do diagnóstico. Tomou-se consciência de que a amigável verborreia nada adiantava. Verificou-se que os defensores clássicos da Comunidade eram pouco representativos das orientações dos dois Governos e dos ensinamentos das Duas Nações. Detectaram-se, acima de tudo, os pontos de atrito, os ressentimentos, as dificuldades ultrapassáveis (e inultrapassáveis). Aferiu-se que era preciso acertar, por em comum, dar para receber.

Depois começou a acção. Com todos os seus defeitos, os capitalistas deram o exemplo. Investimentos de um e outro lado do Atlântico, «joint ventures», planos de conjunto, contactos e contratos.

Com a incipiente equiparação de direitos políticos de portugueses e brasileiros, os Governos trouxeram, por seu lado, a sua contribuição para que a Comunidade singrasse por caminhos jurídicos mais vastos.

Entretanto, fala-se cada vez mais no estreitamento dos laços do Brasil com África. Gibson Barbosa percorreu vários países africanos.

E neste ambiente que Médicis visita Portugal. Antes, mais ou menos incógnito, tem por cá estado Delfin Neto, o homem forte da economia. Sobre o que já foi decidido e o que irá ser discutido pouco se sabe. Afigura-se, no entanto, que é tempo de divulgar os resultados obtidos e de clarificar os objectivos finais.

Para tal, é necessário ter presente que, por maior que seja a amizade, o Brasil não nos apoiará, na ONU ou noutros locais apenas pelos nossos lindos olhos. Para obtermos algo, teremos de ceder qualquer coisa.

Será que, como afirmou um dia Carlos Lacerda, «A política ultramarina portuguesa não é uma linha recta, mas uma elipse que passa pelo Brasil?»

Intransigência atómica

ATE AGORA, apesar das muitas diligências da Austrália e da Nova Zelândia e da desaprovação de todos os povos do Pacífico, a França não renunciou a efectuar em Muroroa mais experiências atómicas na atmosfera.

Técnicos franceses consideram infundados os receios exprimidos pelos povos da zona: as cinzas radioactivas, dizem, não os afectarão. Mas a verdade é que a França fica longe de Muroroa e os técnicos franceses não sonham sequer em deflagrar experimentalmente um engenho nuclear no meio do Atlântico.

Estados Unidos, União Soviética e Grã-Bretanha assinaram em Moscovo um tratado comprometendo-se a não efectuar experiências atómicas na atmosfera. A esmagadora maioria dos países do mundo condenou-as formalmente. Tais experiências constituem um perigo real para todos os homens — isso foi provado à sociedade.

Que direito tem, pois, a França de fazer detonar bombas H no Pacífico? O direito de não se preocupar com os povos do Pacífico? O direito que lhe advém de ter bombas H?

Seja qual for o tipo de legitimidade que atribui às suas experiências nucleares na atmosfera, a França não concede ao Tribunal Internacional de Haia, perante o qual a Austrália e a Nova Zelândia apresentaram o caso, competência para o considerar.

Em resumo: só uma entidade tem legitimidade para julgar da conveniência ou inconveniência da explosão de bombas H no Pacífico. Não a O.N.U., não o Tribunal Internacional de Haia, não as populações mais directamente afectadas, nem mesmo a humanidade. Só a França, o Governo Francês.

Este raciocínio será excelente. Mas, se um dia a Austrália decidir ser uma potência atómica, a França não lhe poderá recusar o direito de efectuar experiências nucleares no Atlântico. E os actualmente silenciosos aliados da França também não.

Balanço da ala liberal

O DEPUTADO Francisco Pinto Balsemão, no último dia de trabalhos da Assembleia Nacional, despediu-se com um discurso que consideramos importante como cômputo de quatro anos de legislatura para uma chamada ala liberal. Acontece que Pinto Balsemão — além de deputado — é director do EXPRESSO. Se é melindroso a um jornal falar do seu director como figura política

EM 1969 — já se disse e redisse — houve pessoas que acreditaram na «Primavera» e assim entraram na Assembleia Nacional.

Não os unia uma ideologia, nem um programa de acção comum. Nem sabiam nessa altura que alguém («O Século», por sinal) lhes viria a chamar ala liberal.

Liberais eram-nos, cada um a seu modo e a seu grau. Ala, fizeram-nos as circunstâncias, pois que à custa de elevarem as suas vozes contra os imobilismos vários, começaram a aparecer como grupo aos olhos dos imobilistas. (Na Assembleia só havia os imobilistas e eles; os mobilistas estavam de fora — ou dentro, às vezes). Olhados, pois, como grupo pelos de fora, eles próprios tomaram consciência de que podiam sê-lo.

Assim agiram com a coesão que lhes permitia a «quase inexistente» organização, vindo por detrás do espírito de «improvisação», em momentos como o da discussão da Lei de Imprensa, da Liberdade Religiosa, da Revisão da Constituição.

Se isso já não foi verdade quando se discutiu a Reforma do Ensino, foi porque chegara o fim dos quatro anos e com ele um grande cansaço.

Sã Carneiro e Miller Guerra renunciaram — por cansaço, por desânimo — aos mandatos. Francisco Balsemão, ao despedir-se da Assembleia com um discurso de que a seguir damos extractos, diz que o faz acreditando que foi útil a sua presença, embora esses quatro anos o não tenham «identificado a um sistema em que não acreditava». Util ao Governo, porque lhe emprestou uma nova imagem de marca: útil ao País porque lhe abriu o caminho para

uma terceira via — nem imobilista, nem reaccionária.

Creio Francisco Balsemão que a admissão de partidos e a liberdade de informação serão condições necessárias e (quase) suficientes para essa terceira alternativa.

Posto isto, achamos ser altura de levantar a questão que nos trouxe a ala liberal?

Uma análise desapassionada do que foi a acção de deputados como Pinto Leite, Sá Carneiro, Miller Guerra e Pinto Balsemão

está numa tomada de posição nas próximas eleições — mesmo tendo em conta que em 73 já não há motivos para acreditar em promessas feitas em 69, quando o então líder da União Nacional, Melo e Castro, convidou determinadas pessoas a integrar listas da U.N.

Francisco Balsemão creio, pois, que houve resultados positivos para o Governo e para o País.

Para o Governo porque «no plano interno, era preciso afirmar o sentimento de esperança para uns, de receio para outros) de que a doutrina a que, entretanto, se veio a chamar do Estado Social, era diferente da do Estado Novo, que o regime não seria classificado como pós-salazarista, porque uma época nova, actualizada começava. Para além das garantias de continuidade, o acento tónico, nas palavras e nos actos, era posto na evolução, na renovação de métodos, de atitudes, de objectivos secundários.»

«Nesta fase — e mesmo hoje — os deputados denominados liberais foram um útil instrumento, uma excelente demonstração de que o pluralismo, dentro de limites muito bem definidos, era aceitável, senão desejado. Por outro lado, determina-

dos projectos governamentais, receberam dos «liberais» um apoio que constitui uma boa ajuda à argumentação contra as forças reaccionárias. Estou a pensar no que se passou, nesta sala, nas comissões e nos bastidores, por exemplo, a propósito da política ultramarina (revisão constitucional e Lei Orgânica do Ultramar), do acordo com o Mercado Comum.»

«Lembre-se também como as recentes renúncias de Sá Carneiro e Miller Guerra provocaram a auto-organização e o distanciamento das forças reaccionárias. Note-se ainda que os ataques de parte da Imprensa de esquerda ou de extrema direita, clandestina ou não, ao grupo chamado liberal foram igualmente úteis ao Governo, na medida em que lhe permitiram acentuar o isolamento desse grupo do contexto clássico das oposições e, assim, continuar a dividir para reinar.»

«Também no plano externo, a ala parlamentar apoiada de liberal serviu — e, sem dúvida, serve ainda — para projectar no estrangeiro uma intenção governamental de aproximação do modelo democrático europeu. A nossa simples existência, o facto de nunca termos sido perseguidos, no campo pessoal ou profissional, pelas nossas actividades políticas (o que, diga-se de passagem, é, pelo menos no meu caso, absolutamente verdade), a possibilidade de comparecimento, de discordarmos das teses do Governo, demonstrariam (demonstraram) ao mundo uma situação política portuguesa.»

«Na forma e manutenção de tal convicção, a ala dita liberal desempenhou — e continua,

(Jean-Jacques Servan Schreiber demitiu-se de director de «L'Express» quando assumiu a liderança do Partido Radical em França), não podíamos ignorar esse documento — sob pena de faltarmos a um compromisso com os nossos leitores a quem temos obrigação de informar de quanto achamos ser importante. Assim, dois redactores do EXPRESSO pegaram no texto de Francisco Balsemão e comentam-no:

embora muito teoricamente, a desempenhar — um papel importante. Abrimos portas fechadas, facilitamos diálogos até aí considerados de difícil concretização, conseguimos contactos rotulados de irrealizáveis.»

Para o País: ou sobretudo para o País — foi positiva a passagem dos deputados liberais pela Assembleia Nacional.

Concordamos com o deputado Francisco Balsemão, quando afirma: «Logramos trazer à discussão pública diversos problemas que estavam há anos propostos ou desleixadamente enterrados ou disfarçados, dos direitos e liberdades individuais ao cooperativismo, da organização judiciária à integração europeia, da reforma do ensino ao ordenamento do território.»

«Esta terceira força tende a crescer, a assentar e terá, por via parlamentar ou por outra via, a sua palavra a dizer nos anos que se seguem.»

Esta «outra via» tem que se lhe diga. Se não é a parlamentar, só poderá ser a da tomada de poder político. Enquanto não houver partidos, irão alguns deputados da X Legislatura engrasçar as hostes governamentais? Ou esperarão eles, na SEDES ou suas imediações, estudando e meditando, pelo dia em que se puderem definir como políticos a título inteiro sem A. N. P. de permissão?

A essa terceira força alia Francisco Balsemão a ideia de partidos políticos: «a expressão partidos políticos continua a provocar o pânico e a indignação e alguns meios considerados representativos da sociedade portuguesa.

«Encaramos uma solução possível, no entanto: a eleição não por listas mas por percentagens de votos nas urnas. A A. N. P. ficaria sempre a ganhar nas suas maiorias votativas e a oposição conseguiria entrar — embora minoritariamente — na Assembleia.

Um render da guarda previsto para todos o Governo, o ficaria e até para o País que o ficaria alertado sobre certos problemas que, de outra forma, não chegariam ao seu conhecimento.

Uma outra CDE em 1973, ou uma CDE moderada, por exemplo.

rença só conduziria à concentração do poder nas mãos de uns poucos, que o direito de admissão não podia continuar reservado. Surgiu assim o escândalo inaceitável de uma nova força política, não enquadrável no eterno esquema situação-oposição.»

Escândalo? Talvez. Inaceitável, parece-nos que não. Se o fosse, não teria sido.

O papel dos liberais foi um que o «statu quo», a la limite, podia suportar. As consequências a longo prazo desse papel serão talvez incontornáveis. Como diz Balsemão num passo do seu discurso, «nem sempre o que se faz se deve medir pelo que de imediato e prático provoca.» As correntes profundas da opinião pública são independentes das actuações do dia-a-dia.»

«Esta terceira força tende a crescer, a assentar e terá, por via parlamentar ou por outra via, a sua palavra a dizer nos anos que se seguem.»

Esta «outra via» tem que se lhe diga. Se não é a parlamentar, só poderá ser a da tomada de poder político. Enquanto não houver partidos, irão alguns deputados da X Legislatura engrasçar as hostes governamentais? Ou esperarão eles, na SEDES ou suas imediações, estudando e meditando, pelo dia em que se puderem definir como políticos a título inteiro sem A. N. P. de permissão?

A essa terceira força alia Francisco Balsemão a ideia de partidos políticos: «a expressão partidos políticos continua a provocar o pânico e a indignação e alguns meios considerados representativos da sociedade portuguesa.

«Encaramos uma solução possível, no entanto: a eleição não por listas mas por percentagens de votos nas urnas. A A. N. P. ficaria sempre a ganhar nas suas maiorias votativas e a oposição conseguiria entrar — embora minoritariamente — na Assembleia.

Um render da guarda previsto para todos o Governo, o ficaria e até para o País que o ficaria alertado sobre certos problemas que, de outra forma, não chegariam ao seu conhecimento.

Uma outra CDE em 1973, ou uma CDE moderada, por exemplo.

Mas o associativismo político, a presença de partidos na vida portuguesa e na Assembleia Nacional não seriam muito mais esboços da realidade nacional, não desmistificariam tantos tabus nocivos, tantas situações injustas, não provocariam a guerra à corrupção, não impediriam que a riqueza continue a circular em redor de 200 ou 300 famílias, não obrigariam os indecisos, os oportunistas e os comodistas a, de uma vez para sempre, se pronunciarem de acordo com o que pensam e não segundo o que lhes convém no momento ou menos o «incomoda?»

Admitimos que Pinto Balsemão diga ter sido positivo o saldo da presença dos deputados liberais na A. N. P. Admitimos que Pinto Balsemão afirme que o Governo e o País tiveram a lucrar com a integração de certas pessoas na A. N.

Mas quem vai aceitar ser integrado pela A. N. P. na próxima campanha eleitoral? Só quem não acredite em promessas.

Encaramos uma solução possível, no entanto: a eleição não por listas mas por percentagens de votos nas urnas. A A. N. P. ficaria sempre a ganhar nas suas maiorias votativas e a oposição conseguiria entrar — embora minoritariamente — na Assembleia.

Um render da guarda previsto para todos o Governo, o ficaria e até para o País que o ficaria alertado sobre certos problemas que, de outra forma, não chegariam ao seu conhecimento.

Uma outra CDE em 1973, ou uma CDE moderada, por exemplo.

Indicadores e modelos de desenvolvimento

Marcelo Rebelo de Sousa

I — O MÍNIMO a que os nacionais de um país podem ambicionar é a conhecerem, em toda a sua inteireza, o seu país. Poderão já não pretender participar na vida política, de forma a determinar o futuro comum. Poderão resignar-se a uma atitude mental passiva face à colectividade em que se inserem, uma vez que existe um grupo relativamente constante a quem incumbem — como que por tradição — as grandes opções nacionais.

Agora, sabemos o Portugal em que vivemos, neste ano de 1973, é-nos imprescindível a todos, sob pena de um dia nos encontrarmos (e nunca nos encontrámos?) a viver um tempo que não é o nosso, porque não foi traçado por nós, e nem sequer nos demos conta do seu aparecimento.

Vem o arrastado a propósito de algumas estatísticas, divulgadas por «Observateur» da O.C.D.E., e referentes ao ano de 1971.

Nelas, e como é usual, se pretende exprimir numericamente as principais variáveis económicas, e alguns indicadores sociais dos Estados membros da O.C.D.E.

E como também já se tornou costumeiro, ocupamos as posições derradeiras em todas, ou quase todas, as rubricas.

No plano estritamente económico, e deixando de parte (porque muito debatida) a quebra populacional na década de 60, sem paralelo noutros países europeus, continuamos a encontrar uma significativa percentagem de população no sector primário (31,1 por cento), só ultrapassada pelas da Grécia (37,3 por cento) e da Turquia (71,5 por cento).

Anotemos que a percentagem, no que se refere à Espanha, é de 28,6 por cento.

Quanto ao produto nacional bruto, em termos absolutos ele é o mais baixo da Europa, cerca de metade do grego e um sexto do espanhol.

Mas, admitindo que se trata de um indicador só significativo para o efeito da sua comparação com valores referentes a anos anteriores, tomemos a capitação do P.N.B., a preços do mercado.

Ai teremos um valor de 770 dólares U.S.A. «per capita». E, se quisermos, em vez do número fornecido pelo «Observateur» da O.C.D.E., tomar o dado, mais optimista, comunicado pelo ministro de Estado, dr. Mota Campos na sua entrevista ao jornal «O Século» (24/4/73), teremos uma capitação de 810 dólares por habitante. Ainda assim, estaremos bem abaixo da Espanha e da Grécia, que, pelas estatísticas da O.C.D.E., apresentam capitações, respectivamente, de 1070 e de 1220 dólares.

E, muito possivelmente, os seus Governos — ouvidos sobre esta matéria — revelariam valores mais elevados.

Se atendermos à F.B.C.F., como é sabido uma das variáveis indutoras fundamentais do crescimento do P.N.B., veremos que ela corresponde a 17,7 por cento em 1971, a 17 por cento do P.N.B., valor inferior ao da Turquia (17,7 por cento), e, como é crónico, ao espanhol (19,6 por cento).

Se, em vez da quantificação das realidades económicas, tivermos presente a de certas realidades sociais, o panorama não é mais animador.

Para avançarmos exemplos sugestivos, a capitação anual do

consumo de electricidade foi, em Portugal, em 1971, de 770 kwh, segundo o «Observateur», e de 972/kwh, segundo o ministro de Estado.

Estes números não são, porventura, incompatíveis, visto o valor da O.C.D.E. se referir a consumo líquido, mas, em qualquer caso, ficam a menos aquém da captação grega (1148 kwh) e da espanhola (1.440 kwh).

O número de telefones por 1000 habitantes, entre nós, era, em 1971, de 101 (entrevista citada) e, em 1970, ele era de 120 na Grécia e 135 em Espanha.

O número de automóveis ligeiros por 1000 habitantes era, em Portugal, em 1971, de cerca de 65 (a inferior do número apresentado na entrevista citada), ainda assim inferior ao valor espanhol referente a 1970 (71).

E podemos multiplicar à sociedade uma comparação, em que, excepção feita à Turquia e à Grécia, primamos pelo atraso.

2 — É certo que a isto se tentará responder de muita maneira. Invocando as deficiências do método estatístico. Apontando empolamentos alheios para fins internacionais. Falando de uma certa disparidade de critérios, de país para país. Finalmente, apelando ao progresso havido relativamente ao passado.

Mas, quem pretende responder a uma realidade pela impugnação de alguns dos seus indicadores, comete grave erro. Uma coisa é a expressão, mais ou menos corrigível, de um retardamento socio-económico. Outra, é a sua indiscutibilidade.

E todos quantos vivem aqui e agora não ignoramos a existência de um «décalage» apre-

ciável entre as nossas condições de vida e as vigentes em economias com que convivemos intimamente.

Noutro ensejo, referi já que nos encontramos em tempo de opções. Opções que deverão ser profundas para poderem ser firmes de mutação, que deverão ser decididas para não baquearem de encontro com a primeira resistência, nem cedermos à tentação do compromisso, que deverão ser céleres para ainda poderem ser eficazes.

Elas correspondem, em síntese, à adopção de um novo modelo de desenvolvimento. A definição desse modelo é ponto que exigiria um alongamento incompatível com o espaço de um artigo. Ele de verá, contudo, reconhecer os seguintes parâmetros, incontornáveis:

— não poderá o desenvolvimento das actividades empresariais, particularmente da indústria, contar com uma situação relativamente constante de baixos níveis salariais, já que, além do mais, será prioritário promover uma mais equitativa repartição dos rendimentos (o que, de resto, se traduzirá em alongamento do mercado daqueles colectividões);

— o aumento de produtividade de média da população activa tenderá a resultar, não tanto de transferência entre sectores produtivos, como da introdução de novos processos tecnológicos e métodos de gestão;

— o aumento de produção nacional de verá ser mais acelerado, e para o ser, terá de reestituir-se de competitividade internacional, tanto nos mercados externos, como no interno;

— à produção, bem como a formação de capital e a elevação

da produtividade, deverão orientar-se no sentido da especialização inerente ao grau de vantagens comparativas;

— as condições presentes do sector privado exigirão a relevante intervenção estadual na vida económica, através de formas malévias de promoção e participação directa;

— a Administração Pública de verá, até por intermédio crescente de ordem social, ampliar substancialmente a sua acção nos domínios da satisfação das necessidades colectivas da educação, cultura, saúde, habitação e segurança social;

— as exigências da intervenção alargada do Estado requererão uma profunda reforma administrativa, sem a qual perpetuarão insuficiências, duplicações, distorções;

— a sete meses da entrada em vigor do IV Plano de Fomento, que é suposto conter as directrizes orientadoras da evolução da sociedade portuguesa nos 6 próximos anos e total o desconhecimento do seu teor pela opinião pública.

Se recordarmos o que aconteceu com o III Plano de Fomento, apesar de muito criticado, tudo correu de outro modo: o seu projecto foi atempadamente apresentado ao País pelo ministro de Estado adjunto à Presidência do Conselho, e depois publicado para debate colectivo. Após discussão na Câmara Corporativa e na Assembleia Nacional, procedeu-se à elaboração e publicação da versão definitiva do Plano.

Com o IV Plano de Fomento, será «record» a exiguidade do espaço de tempo que precederá à sua aplicação, a partir de Janeiro de 1974.

E isto para já não falarmos na sua discussão pela Nova Assembleia Nacional. De 15 de Novembro a fins de Dezembro, ela terá que discutir e votar a Lei de Bases e o IV Plano de Fomento, que significará uma concentração maciça de sessões, ou um nível despreocupado ao conteúdo do projecto governativo. Quanto aos cidadãos que não são deputados, nem procuradores, mas se encontram interessados no seu futuro, eles gostarão de dispor de alguns meses para poderem equacionar questões que respeitam a seis anos e a sua existência.

No fundo, o planeamento tem hoje já a sua acção no quadro dos conceitos apreçados do mundo da política nacional.

Como o têm conceitos de participação, desenvolvimento e justiça social (quem se admira de não poder invocar os lados mais curtos) para dar alguns exemplos mais.

Simplemente, não basta afirmar que se prossegue a via do desenvolvimento, pois há múltiplos modelos alternativos de desenvolvimento. E, por outro lado, da afirmação à acção vai todo um mundo de problemas, e de contradições.

Até porque uma coisa é o desenvolvimento aceite, a rebouque dos reajustamentos a que se não pode fugir, e outra a efectiva prioridade política a um modelo claro e coerente de desenvolvimento.

Possivelmente, mas não continuo a pensar que não existe, entre nós, nem prioridade política a qualquer processo de desenvolvimento, nem sequer um modelo político homogéneo, conhecido e participado de progresso comunitário.



Estado totalitário, Estado tecnocrático

Francisco Sá Carneiro

os meios próprios de contenção de poderes do Estado, mero garante da harmonização da liberdade de cada um com a liberdade de todos.

Mas, a partir do desenvolvimento da ideia de igualdade, depressa se reconhece que o Estado não pode desinteressar do dos problemas da vida dos indivíduos em sociedade.

Assim o impõe o valor essencial da liberdade, que sem igualdade se torna aristocrático privilégio de uns quantos: a separação entre o Estado e sociedade de condução ao esquecimento da maior parte dos homens, entreteus a si mesmos dentro de uma sociedade em que a liberdade a todos era garantida, mas só servia a uma minoria que tinha os meios económicos — e sociais — indispensáveis ao seu uso.

Indissociavelmente ligado o Estado liberal às forças económicas do capitalismo, as grandes crises destes são as primeiras a chamar a intervenção do Estado na sociedade, cujos problemas começa a tomar a seu cargo. Desenvolve-se simultaneamente a necessidade de uma maior justiça social e é já

ao Estado interventor que se exige também a segurança social e o acesso aos bens da cultura, para progressiva realização da igualdade que a sociedade civil vê, por si, incapaz de proporcionar.

Dilui-se a separação entre a sociedade e o Estado, galga este a distância que o liberalismo prudentemente entre eles mantinha, e o político abreira-se da sociedade civil, torna nas mãos os seus problemas, cuida solícito da sua organização, torna-se seu mentor e dispenseiro dos bens indispensáveis à vida moderna.

Éis o Estado social, fruto das novas relações entre a sociedade e o poder político, em que a sociedade se entrega a este, e ele se orienta e determina pelas necessidades dela.

Qualquer Estado moderno é inevitavelmente um Estado social, pois a nenhum poder politicamente organizado é hoje possível deixar de conformar-se com as realidades sociais e tomar a seu cargo a satisfação das necessidades colectivas.

Mas na interacção da sociedade e do poder político gera-se

uma inevitável tendência de domínio e de absorção.

Quando ele domina todos os campos do humano, no nome de uma classe, de uma raça, de um designio nacional, pois o totalitarismo é de nobres ideais, temos a aborção da sociedade pelo Estado. O Estado totalitário é um Estado social que absorve toda a sociedade.

Mas o domínio inverso também é possível, e está difundido-se em nossos dias.

O desenvolvimento do económico e a aplicação crescente da técnica a todos os ramos gera a obsessão da eficiência.

A sociedade tende a impôr as suas técnicas privadas ao próprio poder político e o Estado é encarado como uma grande empresa confiada aos tecnocratas em ordem à obtenção da maior eficiência possível.

O poder despolitiza-se, a sua legitimidade é aferida pela eficácia da sua acção, e as próprias leis não são mais do que grandes ordens de serviço: é o reino dos tecnocratas, em que a sociedade domina o Estado.

Numa outra das hipóteses, assim esquematizadas, o homem, que no Esta-

do liberal estava abandonado à sua própria liberdade, está agora aborvido no sistema que de lá nada lhe deixa.

Formado, orientado, determinado até ao seu fim pelo Estado totalitário, não lhe resta senão colaborar no grandioso projecto que lhe é imposto como seu supremo bem: nada há fora do Estado, a pessoa desapareceu, resta o colaborador.

Menos violento, menos desagradável, mas não menos pesado, é o domínio da sociedade tecnocrática que toma a seu cargo o homem e lhe dá conforto, bem-estar e segurança; que tanto empenho põe na satisfação das suas necessidades, que constantemente lhe multiplica para mais generosa ser, para mais farto o ter.

Os técnicos solícitos organizam a vida do trabalho, planificam a família, fornecem segurança, aplicam os tempos livres, libertam da liberdade.

Com a condição de que o homem lhes não estrague a eficiência, como bem de uma sociedade, a abundância; a pessoa aniquilouse, resta o consumidor. Mas é indispensável que ele não ponha em causa as estruturas

de produção, bem como a formação de capital e a elevação

da produtividade, deverão orientar-se no sentido da especialização inerente ao grau de vantagens comparativas;

— as condições presentes do sector privado exigirão a relevante intervenção estadual na vida económica, através de formas malévias de promoção e participação directa;

— a Administração Pública de verá, até por intermédio crescente de ordem social, ampliar substancialmente a sua acção nos domínios da satisfação das necessidades colectivas da educação, cultura, saúde, habitação e segurança social;

— as exigências da intervenção alargada do Estado requererão uma profunda reforma administrativa, sem a qual perpetuarão insuficiências, duplicações, distorções;

— a sete meses da entrada em vigor do IV Plano de Fomento, que é suposto conter as directrizes orientadoras da evolução da sociedade portuguesa nos 6 próximos anos e total o desconhecimento do seu teor pela opinião pública.

Se recordarmos o que aconteceu com o III Plano de Fomento, apesar de muito criticado, tudo correu de outro modo: o seu projecto foi atempadamente apresentado ao País pelo ministro de Estado adjunto à Presidência do Conselho, e depois publicado para debate colectivo. Após discussão